



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

### FERNANDO DE AZEVEDO E A HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES

João Paulo Gama Oliveira<sup>209</sup>  
(UFS)

Roselusia Teresa Pereira de Moraes\*\*  
(UFS)

#### RESUMO

Na sua clássica obra *A Cultura Brasileira*, vários são os momentos em que Fernando de Azevedo discorre acerca da história do ensino superior, com foco principalmente no século XIX. Nesse sentido, tomaremos como coluna basilar desse trabalho o capítulo II da citada obra, “As origens das instituições escolares”, buscando observar na fala desse autor suas concepções sobre o processo de constituição dessa modalidade de ensino no Brasil. Procuramos também estabelecer um diálogo com outros autores que se debruçaram sobre a trajetória desse intelectual e/ou sobre o Ensino Superior com o intuito de alcançar uma visão mais ampla do objeto em análise como também de algumas nuances que perpassam a escrita de Azevedo.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Educação; Fernando de Azevedo, Ensino Superior, A Cultura Brasileira, Intelectual da Educação.

---

<sup>209</sup> Licenciado em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestre em Educação pelo Núcleo de Pós-Graduação em Educação/UFS, membro do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem cadastrado no CNPq e professor da Faculdade Atlântico – Aracaju/SE. Pesquisa realizada com bolsa CAPES para a construção da dissertação, maiores informações consultar Oliveira (2011). E-mail: jpg\_oliveira@yahoo.com.br

\*\* Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas - RS (UFPel-RS). Doutoranda em Educação pelo PPGE da UFPel-RS. Integrante do Grupo de Pesquisa HISALES (História da Alfabetização, leitura, escrita e dos livros escolares), cadastrado no CNPq. E-mail: roselusiamorais@gmail.com



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

### INTRODUÇÃO

Fernando de Azevedo configura-se como dos grandes pensadores da educação no Brasil, esse audacioso homem forneceu diferentes contribuições para o campo educacional ainda nascente nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, muitas pesquisas no campo da História da Educação lançam o olhar sobre diferentes faces da vida e da obra desse intelectual. Neste trabalho buscamos apresentar aspectos diferenciados do mesmo diante da história do ensino superior brasileiro.

Aqui, fazemos uma análise da sua obra “A Cultura Brasileira” publicada em 1942, e procura-se mostrar a escrita de Azevedo com relação à história do ensino superior no Brasil, além desse aspecto busca-se dialogar também com outros autores que pesquisaram a temática. A justificativa concerne ao ainda insuficiente número de pesquisas que versam sobre esse tema, sendo bastante lacunares as análises proferidas. Em sua maioria são estudos gerais que necessitam de recortes e aprofundamento sobre as concepções divulgadas por esse intelectual e as repercussões dos seus pensamentos e ações no campo educacional. Este trabalho indica a importância de perceber como alguns pensadores da educação, a exemplo de Azevedo, vislumbravam a trajetória do ensino superior e como essas análises podem nos permitir ter acesso a aspectos da mentalidade de uma determinada época.

### **Fernando de Azevedo e a escrita da História do ensino superior no Brasil: algumas considerações**

A história escrita por Azevedo não só se perpetua como memória, mas também como procedimento, como método – adotado pelos historiadores da educação, no modo como articulam suas fontes



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

(secundárias), no tipo de fontes documentais que utilizam e na função atribuída a História (TOLEDO, 1995, p. 168).

O excerto nos aponta uma das tantas querelas que circundam a vida e obra de Fernando de Azevedo. Autor que deixou sua obra cravada na Historiografia Educacional conseguindo fazer com que “A Cultura Brasileira” durante longos anos fosse um marco na maneira de escrever a História da Educação no Brasil. Todavia, não nos aventuramos na sua obra de maneira tão ampla como fez Toledo (1995), centrando seu estudo em Fernando de Azevedo e “A Cultura Brasileira”, aqui se busca sublinhar alguns dos pontos que tratam da história do ensino superior no Brasil, em parte da obra de Azevedo, o texto selecionado para análise é o segundo capítulo do terceiro tomo – **A transmissão da cultura** – chamado “As origens das instituições escolares”. Com o intuito de perceber como esse autor vislumbrava a constituição do ensino superior, levando-se em consideração que essa modalidade de ensino foi tão presente em sua vida.

Azevedo começa o capítulo em foco criticando a expulsão dos jesuítas e a desorganização do Ensino Secundário no período colonial e ao longo do século XIX. O autor atribui as idéias trazidas por jovens brasileiros que faziam seus estudos na Europa, com destaque para a Universidade de Coimbra e os livros que entravam na então Colônia, desde o final do século XVIII, como os principais fatores que estariam renovando a cultura da época.

Fernando de Azevedo salienta ainda o significado da vinda de D. João VI para o país, sendo este responsável, entre outras obras, por tornar o Rio de Janeiro o cerne da vida intelectual brasileira da época, com imprensa, jornal, biblioteca, museu e as escolas superiores, sendo que nessas criações estariam “à base dos progressos das transformações da cultura nacional” (AZEVEDO, 1996, p. 551).

Luiz Antônio Cunha (2007) ao estudar a história do ensino superior no Brasil e ao falar sobre a vinda de D. João VI e as modificações promovidas por este



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

nos diz que “O novo ensino superior nasceu sob o signo do Estado nacional, dentro ainda dos marcos da dependência cultural aos quais Portugal estava preso” (p.63). O autor ainda acrescenta que “a partir de 1808, foram criados cursos e academias destinados a formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos; como subproduto, formar profissionais liberais” (CUNHA, 2007, p. 63).

É interessante notar que Cunha (2007) problematiza essas criações e suas finalidades, ao invés de apenas tecer elogios, acentuando que apesar do ensino superior que foi recriado a partir de 1808 ter se estruturado em estabelecimentos isolados, houve sucessivas tentativas de reuni-los em universidade, contudo o próprio autor afirma não se dedicar a essas tentativas fracassadas de unificação como comumente faz a historiografia corrente, até mesmo por levar em consideração os limites ideológicos da época.

Fernando de Azevedo também assinala a importância das formações especializadas para atender ao serviço público e lista as criações e finalidades dos cursos superiores da época, tais como: a defesa militar, a Academia de Marinha e Academia Real Militar em 1810; para formar médicos e cirurgiões do Exército e da Marinha o Curso de Cirurgia na Bahia em 1808, Cursos de Anatomia e Cirurgia em 1809 no Rio de Janeiro e o Curso de Medicina que seria ampliado em 1813. Para a instrução de homens no desenho em economia, agricultura e indústria, fundam-se na Bahia: a Cadeira de Economia (1808), o Curso de Agricultura (1812), o Curso de Química (1817), O Curso de Desenho Técnico (1818). No Rio de Janeiro, criam-se o Laboratório de Química (1812), o Curso de Agricultura (1814) e a Escola Real de Artes e Ofícios (1816) e depois transformada, em 1820, na Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil. Além destas, o autor localiza algumas cadeiras em outras partes da Colônia, como a Matemática Superior de Pernambuco (1809), Desenho e História em Vila Rica (1817), Retórica e Filosofia em Paracatu, Minas Gerais (1821) (AZEVEDO, 1996, p. 552).



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

Diante de tal classificação, Azevedo conclui que a obra de D. João VI ficou restrita basicamente à Bahia e ao Rio de Janeiro, entretanto ela representa “não só uma das fazes mais ricas da nossa evolução cultural, mas o período mais fecundo em que foram lançados por D. João VI os germes de numerosas instituições nacionais de cultura e de educação” (AZEVEDO, 1996, p. 553). Fica implícita a visão que Azevedo possuía acerca de uma evolução da cultura, denotando assim uma perspectiva histórica finalista, como também seu olhar sobre a cultura como algo ligado estritamente a instituições e a intelectualidade, segundo afirma Toledo:

A cultura, para o Azevedo, é uma das “pontas” que determina a evolução social, que dá significado e unidade ao organismo social, em cuja base está a economia, a outra ponta da evolução social. Se há transformações econômicas sem transformações culturais, não há progresso numa sociedade, porém, se a cultura acompanha as transformações econômicas o organismo social evolui, mantendo a unidade social (TOLEDO, 1995, p. 116).

Ainda nesse âmbito, Azevedo critica a falta de unidade do ensino e diz que o “ensino superior permaneceu inteiramente dominado pelo espírito profissional e utilitário” (AZEVEDO, 1996, p. 554). A partir daí o autor fala da não criação de uma universidade e destaca as duas Faculdades de Direito instituídas em São Paulo e Olinda, primeiramente como cursos de Ciências Jurídicas e Sociais em 1828, passando a Faculdades em 1854. No entanto, a sua crítica maior incide sobre a descentralização do ensino promovida pelo Ato Adicional de 1834 com relação à instrução primária e secundária, deixando o ensino superior por conta da União.

Para Azevedo, as dificuldades solapariam o ensino superior durante o século XIX, mesmo que houvesse “algum ensino superior desinteressado. Havia certamente. O que não existia (e neste ponto são unânimes os depoimentos) era um plano geral de organização” (AZEVEDO, 1996, p. 557). Apesar dessa falta de organização, é assinalada a importância do ensino superior profissional para o



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

desenvolvimento do ensino secundário, destacando o grande número de colégios criados e o Colégio Pedro II, como única instituição dotada de uma cultura geral criada desde a Independência até a República.

Fernando de Azevedo rapidamente fala que a ideia de criação de uma universidade por essa época não sairia dos debates das constituintes, cita um trabalho de Primitivo Moacyr, dedicando uma nota para abordar a “lenda” que teria sido a tentativa de criação de uma universidade por D. João VI ainda no início dos oitocentos, para isso fundamenta-se em dois artigos denominados “A universidade de D. João VI” publicados por Primitivo Moacyr em 1939 e 1940 (AZEVEDO, 1996, p. 590).

A cobrança de Azevedo à educação no século XIX é tamanha que ele critica até mesmo a falta de instituições que se dedicassem à pesquisa científica e fala do crescimento de ensino “utilitário, informativo” (AZEVEDO, 1996, p. 566). Já as escolas superiores, são tratadas pelo autor, como instituições que possuíam um caráter enciclopédico de ensino e que estariam “montadas sobre um ensino literário, e dominando todo o sistema” (AZEVEDO, 1996, p. 568).

Todavia, mesmo diante de tantos problemas, Fernando de Azevedo acentua algumas contribuições dessas escolas superiores e se contradiz quando alhures pontua acerca de uma educação elitista, e diz: “aprofundava-se, em vez de se reduzir, a distância entre a cultura das elites e das classes populares” (AZEVEDO, 1996, p. 563) e a posteriori escreve acerca das escolas superiores asseverando que essas “foram fatores de mobilidade no sentido horizontal e, portanto, de democratização, atraindo os meios sociais diversos e congregando, na mesma sociedade escolar, ricos e pobres, brancos e mestiços” (AZEVEDO, 1996, p. 568).

Os pontos positivos apontados pelo autor não param por aí, as escolas superiores são vistas também como “focos de irradiação cultural, de oposição e de agitação, pela íntima interpretação do mundo político e do mundo acadêmico”



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

(AZEVEDO, 1996, p.568), contudo, em seguida o autor critica essa formação que apesar de formar uma mentalidade política e retórica de uma elite era desarticulada e generalizante. Apesar das boas ideias e de um cenário em profunda discussão, as práticas de reformas apontavam um “contraste impressionante entre os sonhos de uma mentalidade, dominada pela sedução das fórmulas e esaldada pelo romantismo político, e a incapacidade realizadora evidente na pequenez das obras e na descontinuidade da ação” (AZEVEDO, 1996, p. 569).

Diante da citada afirmação, Azevedo tece uma nota explicativa acerca das poucas realizações ocorridas na época e mostra os projetos e decretos, com as datas e autores dos mesmos, relacionados ao ensino secundário e superior no governo imperial. E afirma que só foram criadas sete novas instituições no Império Brasileiro, sendo a maior parte dessas realizações voltadas para o Colégio Pedro II ou para o “ensino superior do Império, destinado à formação de médicos, advogados e engenheiros, civis e militares” (AZEVEDO, 1996, p. 594).

Algumas notas desse capítulo<sup>1</sup> são dedicadas justamente a esclarecer a fundação dos cursos de Direito, de Medicina e de Engenharia, fazendo observações e explicitando as funções dessas Faculdades, as mudanças ocorridas, as equiparações e as próprias reformulações nos nomes dos até então cursos que passam a Faculdades e outros aspectos do gênero. Azevedo cita autores e reformas que ocorreram no século XIX e início do XX que atingiram a educação com ênfase no ensino secundário e superior, contribuindo assim, de maneira significativa, no descortinar da trajetória do ensino superior no Brasil. Destacando nomes como Couto Ferraz e Benjamin Constant. (AZEVEDO, 1996, p. 592).

Com relação ao ensino superior no Império, apesar de criticar a análise de Fernando de Azevedo, Cunha (2007) em uma das suas conclusões afirma que “O

---

<sup>1</sup> Destacamos aqui as notas 18 e 19 localizadas nas páginas 591, 592 e 593. (AZEVEDO, 1996). Para maiores informações sobre as notas de rodapé de Azevedo consultar (BONTEMPI JUNIOR, NASCIMENTO e TOLEDO, 2003)



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

ensino superior permaneceu praticamente o mesmo em todo o Império. Cursos viraram academias, currículos foram modificados várias vezes, mas o panorama não mudou substancialmente” (CUNHA, 2007, p. 71) destacando ainda o papel que as escolas superiores desempenharam no aparelho do Estado.

A obra de Azevedo temporalmente chega até a década de quarenta do século XX, trazendo números com relação ao ensino superior: 19 Faculdades de Direito, 12 Faculdades de Farmácia e Odontologia, 11 de Medicina que existiam a época, citando até mesmo a Reforma de Francisco Campos, ocorrida em 1931 (AZEVEDO, 1996). Ao discorrer sobre o ensino superior no século passado, o autor cita a criação da Universidade do Rio de Janeiro (1920), e a sua mudança em 1937 para Universidade do Brasil, além da transferência da Universidade de São Paulo (USP) da União para o Governo Estadual em 1934.

Luiz Antônio Cunha (2007) observa na Reforma Francisco Campos o início da política educacional autoritária de Getúlio Vargas. Francisco Campos elaborou o Estatuto das Universidades Brasileiras em 1931, vigente até o ano de 1961, além da Reforma de Campos, várias são as investidas sobre o ensino superior na década de trinta, como a criação de Universidades por grupos liberais.

Sobre a criação da USP, Cunha (2003) assinala que esta Universidade incorporou antigas escolas e institutos existentes e elevou o Instituto de Educação a escola superior com o nome de Faculdade de Educação. Na nova Universidade foram criadas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais e a Escola de Belas Artes.

Ainda conforme o referido autor o papel de Fernando de Azevedo merece destaque na criação da Faculdade de Educação e da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) da USP, tendo participado da comissão de criação da Universidade, como também por serem essas Faculdades um sonho antigo do educador. A Faculdade de Educação seria o centro da formação de professores e FFCL





ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

concebida como o centro da cultura desinteressada, um curso básico para todos os cursos antes do encaminhamento para os cursos profissionais, uma busca por combater a desagregação ocorrida com a crescente especialização tão criticada por Azevedo em sua obra *A Cultura Brasileira*.

Para Toledo, (1995) com a submissão da USP aos programas da Universidade do Brasil em 1937, aliado ao fechamento do Instituto de Educação, dirigido por Azevedo, e sua incorporação a FFCL da USP, como também a ascensão do grupo católico ao controle da Secretaria da Educação de São Paulo e da Faculdade de Filosofia de Ciências e Letras e ainda sofrendo uma tentativa de aposentadoria compulsória, “em 1938, Azevedo se considera e à sua obra derrotados pelos sucessivos golpes sofridos” (TOLEDO, 1995, p. 90).

Para Cunha (1995), a história do ensino superior de Azevedo “é, assim, a história de sua própria carência: da ausência da universidade como forma de organização e do ensino e da pesquisa desinteressados como atividades que a caracterizam” (CUNHA, apud. TOLEDO, 1995, p. 57).

Diante dessa observação sobre o pensamento de Azevedo, ainda são necessárias outras sobre a sua obra de maneira mais ampla. *A Cultura Brasileira* foi pensada para ser a introdução do censo de 1940, mas segundo Toledo (1995), Azevedo consegue transformar essa obra em “monumento para si” fazendo com que as derrotas que ele e seu grupo estavam sofrendo no meio político da época se transformassem “em vitória pela história” (p.92).

Apesar da derrota política no campo da Educação e diante da oportunidade de fazer o preâmbulo de uma obra censitária no final da década de trinta, Azevedo tornou-se “o intérprete oficial da História da Educação da Educação Brasileira” (ITOLEDO, 1995, p. 91). E a autora complementa: “Fazendo com que a derrota política se transformasse em vitória pela história” (TOLEDO, 1995, p. 92).



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

Dessa forma, e voltando nosso olhar para o ensino superior na obra em foco, observa-se que os seus questionamento e necessidades do presente foram transplantados na sua visão do passado, mas com o cuidado de não abordar os seus fracassos e suas angústias, pois mesmo diante de algo que tão fortemente atingiu sua vida, que foi o fechamento do Instituto de Educação, Azevedo prefere calar-se sobre tal fato na sua obra, nas palavras de Toledo “o interprete suprime da história a derrota do Educador” (TOLEDO, 1995, p. 92).

### CONCLUSÕES

Percebe-se assim que muitas são as faces da vida e obra de Azevedo que podem ser exploradas e questionadas, buscamos aqui brevemente apontar algumas das interpretações do intelectual no tocante à história do ensino superior e como elas estão perpassadas pela vida e história do autor, atentando também para as contribuições e análises feitas pelo intelectual em seu grande trabalho.

Este trabalho procurou apresentar questões relacionadas à história do ensino superior no Brasil e nuances na esfera sócio-cultural que perpassam a escrita de Azevedo. Destacando contribuições de autores do campo da História da Educação que analisam algumas concepções divulgadas pelo autor, as discussões travadas na esfera educacional e a mentalidade da época. A obra em análise exigiu um esforço interpretativo para relativizar as informações, contrapondo com outros estudos e partindo do pressuposto de que a obra indica um cenário educacional em debate. Dessa maneira, buscou-se um olhar aguçado ou possíveis olhares para identificar aspectos que revelam “planos de organização” da Educação no país por entre modificações e permanências. Neste sentido, através dessas breves análises, o trabalho realizado aponta novas reflexões e possibilidades de estudos para as pesquisas da História do ensino superior no Brasil.



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

### REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. "As origens das instituições escolares". In: **A cultura brasileira**. Parte III – A transmissão da cultura. 6. ed. Brasília: Editora UNB, 1996, p. 545-601.
- BONTEMPI JUNIOR, Bruno. NASCIMENTO, Jorge Carvalho, TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Fernando de Azevedo: leituras de rodapé. In: **Revista do Mestrado em Educação**. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/NPGED, vol. 1, p. 7-44. 2003.
- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de Educação no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.p. 151-204.
- \_\_\_\_\_. A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia a Era Vargas. 3. ed. [revista], - São Paulo: Editora: UNESP. 2007.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Universidade do Brasil: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ INEP, 2000.
- OLIVEIRA, João Paulo Gama. **Docentes, disciplinas e conteúdos**: itinerários da História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1962). Dissertação de Mestrado do Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2011.
- SANTOS, Fábio Alves. Duas Perspectivas sobre o projeto educacional da Companhia de Jesus. In: **Revista Tempos e Espaços em Educação**/ Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Educação – vol. 1., n. 1, p. 7-11. 2008
- TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Fernando de Azevedo e A Cultura Brasileira ou as Aventuras e Desventuras do Criador e da Criatura**. (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em História e Filosofia da Educação). São Paulo: PUC-SP, 1995.